

**APÊNDICE DO ANEXO IA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR  
(Processo Administrativo nº 165622/2026)**

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada para a realização do **62º Festival do Folclore de Olímpia – FEFOL 2026**. O objetivo principal é identificar no mercado a melhor solução para suprir a demanda de Parque de diversões temporário, em observância à Lei nº 14.133/2021.

**1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

1.1 – O Festival do Folclore de Olímpia – FEFOL, que em 2026 realizará sua 62ª edição, constitui o principal evento cultural do Município de Olímpia, reconhecido nacionalmente pela promoção, preservação e difusão das manifestações da cultura popular brasileira. O município é formalmente reconhecido como Capital Nacional do Folclore pela Lei Federal nº 13.566/2017, possuindo previsão em sua Lei Orgânica para a realização anual, o que reforça a relevância institucional e o interesse público envolvido.

1.2 – Além das apresentações artísticas e oficinas que compõem a programação oficial do festival, existe a necessidade pública de disponibilizar ao público opções integradas de lazer, entretenimento e recreação, especialmente voltadas ao público infantojuvenil e às famílias que frequentam o evento.

1.3 – Historicamente, o Parque de Diversões instalado na Praça de Atividades Folclóricas “Professor José Sant’Anna” integra a estrutura tradicional do evento, contribuindo para ampliar as alternativas de entretenimento, aumentar o tempo de permanência do público no recinto e proporcionar uma experiência completa aos visitantes.

1.4 – Diante disso, verifica-se a necessidade de disponibilização de área pública aberta e demarcada para a instalação e operação de parque de diversões temporário durante o festival, observadas as estritas exigências de segurança mecânica, acessibilidade, regularidade técnica e tabelamento de tarifas.

1.5 – A concessão onerosa de uso do espaço público mostra-se como a alternativa ideal para viabilizar a exploração da atividade por empresa especializada, transferindo integralmente o risco de investimento ao parceiro privado e gerando receita direta (outorga) ao erário, em total conformidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) e com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) para o exercício de 2026.

**2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

2.1 – O objeto da presente concessão de uso está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual de 2026 do Município da Estância Turística de Olímpia, conforme registro e publicação oficial que pode ser consultado no endereço: <https://pncp.gov.br/app/pca/46596151000155/2026>

### 3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a adequada execução do objeto, considerando a natureza temporária, intensiva e de alta complexidade do evento, definem-se os seguintes requisitos mínimos:

3.1 – Requisitos Técnicos de Segurança: Exigência mandatória de Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/TRT) de montagem eletromecânica, laudos de estabilidade estrutural de cada atração, certificados de inspeção periódica e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) específico para a estrutura temporária.

3.2 – Requisitos de Autossuficiência Energética: O Recinto do Folclore não possui rede elétrica compatível para suportar a carga de brinquedos de grande porte. Portanto, constitui requisito obrigatório que o concessionário providencie, a suas expensas, grupo gerador e transformador dedicado, mitigando riscos de blecaute ou sobrecarga no circuito do festival.

3.3 – Requisitos de Qualificação e Proteção: Comprovação de aptidão operacional por meio de atestado de capacidade técnica anterior e apresentação obrigatória de Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil com prêmio de cobertura mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para salvaguarda dos usuários.

3.3.1 – O montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) demonstra-se estritamente proporcional e justificado devido à magnitude de público do 62º Festival do Folclore, que reúne milhares de pessoas diariamente em uma dinâmica de alta rotatividade. Tendo em vista a operação simultânea de maquinários de grande porte e atrações radicais de alta complexidade mecânica (como Roda-Gigante de 32 metros, Torre de Queda Livre e Kamikaze), qualquer eventual intercorrência técnica possui potencial para gerar sinistros de caráter coletivo. Desse modo, o valor fixado é o mínimo prudencial recomendado pelo mercado de eventos de massa para garantir a cobertura real e integral de despesas médicas hospitalares, danos materiais, corporais, estéticos e morais a múltiplos usuários concomitantemente, protegendo também o município de pleitos de responsabilidade civil subsidiária.

### 4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1 – O objeto constitui lote único e indivisível, dimensionado para a ocupação de pátio técnico delimitado em planta, englobando a montagem do mix de brinquedos exigido e o direito de exploração de até 10 (dez) barracas integradas de guloseimas típicas de parque (pipoca, churros, algodão-doce), que deverão seguir os padrões de Food Truck ou módulos Octanorm.

### 5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 – A execução direta do objeto pela Administração Pública é inviável, dada a ausência de maquinários eletromecânicos próprios no patrimônio municipal e de corpo técnico qualificado para operação e manutenção de engenharia de lazer no quadro estatutário. A concessão onerosa desponta como a única solução viável.

### 6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 – Fixação do Patamar Inicial: A estimativa do valor de partida para a abertura da disputa de lances em sessão pública fica estipulada em R\$ 100.000,00 (cem mil reais).



**Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore**

6.2 – Justificativa Técnica do Preço Mínimo e Contextualização Legal: O valor de partida proposto busca equilibrar a justa remuneração pelo uso comercial do espaço público com a atratividade do negócio para a iniciativa privada, considerando o porte do evento.

6.2.1 – Da Aplicação do Código de Posturas: Registra-se que o Artigo 89, § 1º, do Código de Posturas Municipal cumpre perfeitamente o seu papel regulatório ordinário, estipulando a taxa diária de 48 UFESPs (Recinto exceto estacionamento). Tomando-se o valor da UFESP para o ano corrente em R\$ 38,42, o cálculo para os 9 (nove) dias de realização do festival resultaria no montante de R\$ 16.597,44 (ou R\$ 20.746,80 se considerada a totalidade das instalações a 60 UFESPs).

6.2.2 – Da Adequação ao Potencial do Evento: Embora o critério estabelecido pelo Código de Posturas seja o correto para as ocupações rotineiras, verifica-se que, para a especificidade de um parque de diversões de grande porte durante o Festival do Folclore, os valores resultantes da taxa diária ficam abaixo do potencial de mercado da área. O festival estende-se por 9 dias de grande fluxo de público e, com o novo teto tarifário aprovado para as bilheterias neste exercício — fixado em R\$ 13,00 para atrações gerais e R\$ 18,00 para a Roda-Gigante —, a capacidade de atendimento e movimentação comercial do parque viabiliza uma contrapartida maior para o município.

6.2.3 – Da Linha de Evolução Histórica: A escolha pelo patamar de R\$ 100.000,00 acompanha de forma suave e gradual o histórico consolidado nas edições anteriores do próprio festival:

- *Exercício de 2024:* Valor adjudicado de R\$ 80.100,00 (Tarifa geral: R\$ 10,00 / Roda-Gigante: R\$ 15,00).
- *Exercício de 2025:* Valor adjudicado de R\$ 90.200,00 (Tarifa geral: R\$ 10,00 / Roda-Gigante: R\$ 15,00).
- *Exercício de 2026 (62º FEFOL):* Patamar inicial ajustado para R\$ 100.000,00, acompanhando o incremento projetado pelas novas tarifas de R\$ 13,00 e R\$ 18,00.

6.3 – Eficiência pelo Modelo Competitivo: Desse modo, o valor de R\$ 100.000,00 funciona estritamente como uma base inicial de referência para a sessão pública. A modelagem por disputa de lances permite que o mercado defina o valor final da concessão de forma justa e transparente, gerando uma receita otimizada para o município, que será revertida na própria organização das festividades, sem onerar os usuários além do limite tabelado.

## **7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na concessão de uso onerosa para empresa especializada em diversão e lazer, compreendendo as seguintes etapas do ciclo de vida:

- **Mobilização e Logística:** Transporte, descarregamento e fixação espacial dos equipamentos na área demarcada do Recinto, com direito a credenciamento de até 05 (cinco) vagas para pernoite no estacionamento técnico.
- **Montagem e Licenciamento:** Instalação eletromecânica rigorosa atendendo às normas ABNT NBR 15926 e NBR 5410, embutimento de condutores elétricos, e submissão dos laudos de engenharia (ARTs) e AVCB à fiscalização municipal.
- **Operação Comercial Tabelada:** Funcionamento diário de 01 a 09 de agosto de 2026, das 17h00 às 03h30, respeitando o limite sonoro de 80 decibéis e aplicando o

**Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore**

tabelamento de ingressos (Teto de R\$ 13,00 para atrações gerais e R\$ 18,00 para a Roda-Gigante).

- Zeladoria Sanitária: Manutenção da higiene no perímetro, fornecimento de no mínimo 20 lixeiras personalizadas e operação das 10 barracas de alimentos em material descartável, sob as regras da Vigilância Sanitária (proibido banho e animais no local).
- Desmobilização e Recomposição: Desmontagem integral, limpeza absoluta da área ocupada e devolução do patrimônio público nas mesmas condições recebidas, condicionada à emissão do Termo de Vistoria de Devolução.

## **8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

8.1 – O parcelamento do objeto é tecnicamente inviável e desaconselhável. A natureza da solução exige execução integrada, sistêmica e de responsabilidade técnica única sobre o pátio de diversões.

8.2 – Dividir o espaço entre diferentes fornecedores fragmentaria a responsabilidade civil e técnica sobre os laudos de engenharia elétrica e mecânica, gerando riscos inaceitáveis à segurança física dos usuários e comprometendo a coordenação logística do festival.

## **9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

9.1 – Pretende-se alcançar 100% de conformidade nos requisitos de segurança e engenharia regulados pelas normas da ABNT, garantindo zero ocorrências de acidentes operacionais.

9.2 – Busca-se assegurar o cumprimento integral do tabelamento de preços (modicidade tarifária) e a execução da contrapartida social de 01 (um) dia de atendimento totalmente gratuito para crianças de baixa renda, otimizando a receita do erário por meio do ágio obtido no lote único.

## **10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

10.1 – Alinhamento Técnico e Vistoria: reunião de alinhamento com a empresa vencedora para coordenar a entrada das carretas no Recinto a partir do dia 27/07/2026.

## **11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

11.1 – Não há contratações correlatas que interfiram diretamente na execução deste objeto.

## **12 – IMPACTOS AMBIENTAIS**

O planejamento da concessão identificou os impactos ambientais temporários decorrentes da instalação e operação do Parque de Diversões no Recinto do Folclore, estabelecendo as respectivas ações de controle:

12.1 – Poluição Sonora:

Impacto Identificado: Elevada pressão sonora decorrente do funcionamento dos motores eletromecânicos dos brinquedos, avisos sonoros operacionais e sistemas de som individuais das atrações, com potencial para causar perturbação ao sossego da

**Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore**

vizinhança residencial do entorno e interferência acústica direta nas apresentações artísticas dos palcos oficiais do festival.

Medida Mitigadora: Monitoramento e controle rigoroso dos ruídos emitidos, limitados ao teto estrito de 80 decibéis, além da restrição de horários e proibição de equipamentos acústicos de potência profissional (caixas do tipo torre e mesas de som) nos perímetros comerciais.

**12.2 – Pressão sobre a Malha Energética Local:**

Impacto Identificado: Consumo massivo e concentrado de energia elétrica demandado para a tração dos brinquedos pesados e sistemas de iluminação decorativa das fachadas, gerando risco latente de sobrecarga na rede de distribuição do Recinto, oscilações de voltagem e potencial desabastecimento de energia nas demais áreas do festival.

Medida Mitigadora: Exigência contratual de autossuficiência energética por meio da obrigatoriedade de fornecimento de transformador e grupo gerador próprios por conta do concessionário, somada à obrigatoriedade do uso exclusivo de tecnologia LED de baixo consumo em todas as fachadas e luminárias do parque.

**12.3 – Geração de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos:**

Impacto Identificado: Produção em larga escala de resíduos sólidos (embalagens plásticas, papéis, restos orgânicos) gerados pelo público usuário e efluentes gordurosos (óleo vegetal usado) provenientes da operação das 10 barracas de guloseimas autorizadas, com risco de acúmulo de lixo no pátio, proliferação de vetores e contaminação do solo do Recinto por descarte incorreto.

Medida Mitigadora: Fornecimento obrigatório de no mínimo 20 lixeiras personalizadas pela empresa, triagem e separação na fonte (orgânicos e recicláveis) com destinação diária aos containers oficiais da Comissão Organizadora, proibição absoluta do uso de recipientes de vidro (exigência de material descartável) e vedação terminante de descarte de óleos e detritos diretamente no solo ou na rede de águas pluviais, sob pena de rescisão e multa.

**13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

13.1 – Diante dos estudos de mercado, do histórico comparativo de valores das edições anteriores, da adequação frente ao Código de Posturas e do rigor técnico projetado, o presente estudo conclui pela total viabilidade técnica, jurídica e econômica da contratação, configurando-se como a solução mais vantajosa para o Município da Estância Turística de Olímpia.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, na data da assinatura digital.

---

Graziela de Souza Mendes  
Responsável pela Elaboração

---

Priscila Seno Mathias Netto Foresti  
Secretária de Cultura e Defesa do Folclore  
Ordenador da Despesa